

O conflito de Casamansa: uma questão de segurança regional na Senegâmbia

MAMADOU ALPHA DIALLO
LITO NUNES FERNANDES

Resumo

A Confederação da Senegâmbia, que agrupou entre 1982-1989 o atual Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Mali e parte da Mauritània, assistiu a atuação de um grupo separatista no território de Casamansa que gerou grande insegurança regional. Esse artigo analisa como o fim da Confederação contribuiu para fortalecer o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC).

Palavras-chave: Senegal; Senegâmbia; Segurança Regional; MFDC.



The conflict of Casamance: a regional security issue in Senegambia

Abstract

The Senegambian Confederation comprised of Senegal, Gambia, Guinea-Bissau, Guinea-Conakry, Mali and part of Mauritania between 1982 and 1989 witnessed the actions of a Casamance separatist group that spawned large-scale regional insecurity. This article analyses how the Confederation's dissolution contributed to reinforcing the Movement of Democratic Forces of Casamance (MDFC).

Keywords: Senegal; Senegambia; Regional Security; MDFC.

MAMADOU ALPHA DIALLO

Doutorando no Programa de Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) na UFRGS e mestre em Ciências Políticas pela mesma universidade.

LITO NUNES FERNANDES

Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1 INTRODUÇÃO

O Senegal, que fazia parte da Senegâmbia, é na atualidade referência no continente africano na questão da democracia. Isso se deve, sobretudo, à preservação democrática do sistema multipartidário desde a independência e à criação efetiva de um Estado considerado forte, mediante a consolidação de instituições que legitimam o monopólio do uso da força em todo seu território. Porém, um grupo separatista que age, desde 1981, na região de Casamansa, situada ao sul da Gâmbia e norte da Guiné-Bissau, usa as fronteiras destes dois países como base para suas ações. Partindo do raciocínio lógico, é importante quanto à constituição ou reconstituição do Estado africano buscar um consenso sobre os limites geográficos dos países que não sejam necessariamente os legados pelas potências coloniais (FAYE, 2006).

O sonho não realizado da Unidade Africana choca-se com o peso de um “espaço explodido” se referindo aos espaços ou Estados formados pelos impérios africanos antes da colonização tais como Gana, Mali ou Songai, que durante seus reinos asseguraram certa integração e segurança regional, constituída em torno do Rio Níger. O comércio negreiro pôs fim aos impérios africanos deixando lugar para os Estados coloniais que firmam parcerias com chefes locais, os quais privilegiavam a caça ao homem em detrimento da conquista territorial, contrariando, assim, o principal objetivo dos grandes impérios ocidentais que, a partir da conferência de Berlim (1884-1885), consolidam processo de conquista e ocupação do espaço africano. Se esta conquista e a ocupação territorial pelas potências ocidentais lhes permitem estabelecer espaços viáveis tanto do ponto de vista político (administração centralizada) quanto econômico, em virtude da possibilidade de complementaridades durante todo período colonial, os anos da independência africana viram este espaço fragmentado em inúmeros Estados, inviáveis política, econômica e socialmente (BARRY, 2000).

A Senegâmbia histórica é delimitada ao norte pelo Rio Senegal e ao leste engloba as bacias hidrográficas dos Rios Gâmbia, Casamansa, Geba e Corubali. Após a independência, houve o estabelecimento da Federação de Mali, que juntava o Senegal e o Mali; no entanto, algumas divergências levaram à sua dissolução em

agosto de 1960. Em 1982, criou-se a Confederação da Senegâmbia que unia Senegal e Gâmbia, mas esta Confederação também foi dissolvida em 1989, devido a problemas e discordâncias entre ambos os países. Apesar destas tentativas sem êxito, a unidade política continua sendo um símbolo inscrito nas constituições dos Estados africanos, definidos por fronteiras deixadas pela colonização, pois, na realidade, a territorialidade só se tornou uma dimensão política mediante a estruturação dos espaços pelas potências coloniais (LOPES, 1994).

No intuito de tentar desvelar esses sucessivos fracassos, o objetivo do artigo é explicar melhor por que a Confederação da Senegâmbia não deu certo, assim como analisar brevemente a resistência ao longo da história do movimento separatista casamancês e suas implicações na segurança regional. O trabalho está dividido em cinco partes, incluída a presente introdução, primeira parte. Na segunda parte se oferece uma visão panorâmica da Senegâmbia. A terceira parte trata da segurança regional e do conflito casamancês. A quarta traz o impacto desse conflito na região e a quinta são as considerações finais.

2 VISÃO PANORÂMICA DA SENEGÂMBIA

A Senegâmbia é a região Oeste da África Ocidental caracterizada por uma grande fragmentação do espaço, dividido hoje em seis Estados: Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Mali, Guiné-Conacri e parte da Mauritânia (BARRY, 2000), conforme mostra a figura 1. Na sua tese endógena em busca da percepção dos fenômenos sociopolíticos da Guiné-Bissau e da região na qual este país se insere, Lopes (1994) afirma que, do século XII até meados do século XIX, o território entre os Rios Gâmbia e Nunez foi dominado por estruturas políticas mandingas. Essas estruturas foram primeiramente criadas e depois herdadas dos Estados do Alto Níger, nomeadamente do Império de Mali, isto é, exatamente o espaço definido como a Senegâmbia.

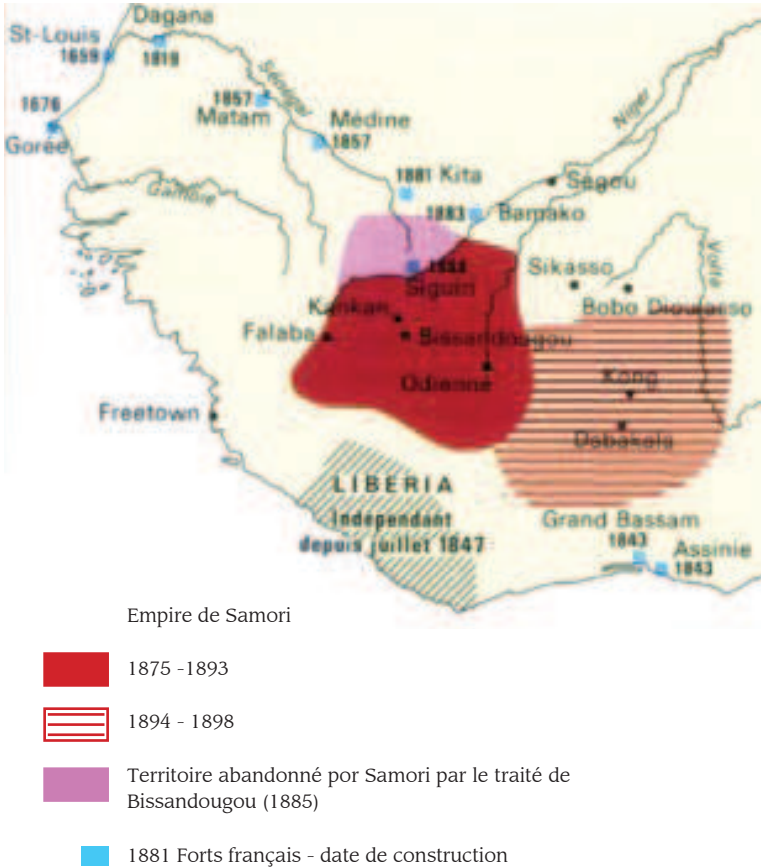


Figura 1 - A fragmentação da Senegâmbia

Fonte: www.tidiane.net. Acesso em: 6 set. 2012.

Em 1984, uma reforma administrativa dividiu Casamansa em duas regiões, Kolda e Ziguinchor. Situada na Alta Casamansa, Kolda cobre 21.011 km² e conta com uma população estimada em 577.385 habitantes, sendo a maioria da etnia Fula, e divide-se em três setores: Kolda, Sediou e Velingara. Ziguinchor, por seu turno, situada na Baixa Casamansa com uma superfície de 7.339 km² e uma população de 390.252 mil habitantes, apresenta igualmente três setores, Bignona, Ziguinchor e Oussouye, e sua população majoritária é da etnia Jola (FAYE, 2006).

Portanto, a Senegâmbia histórica (DIAS, 2003) é a região Oeste africana edificada, desde bem antes da ocupação colonial, por múltiplas convergências históricas e por sucessivos contatos experimentais de liberdades políticas, religiosas, sociais e culturais, que se estende em duas versões. A minimalista, segundo a qual a região da Senegâmbia é contida entre o Rio Senegal e o Rio Pongo, situado na atual República de Guiné, e a maximalista, para a qual o espaço da Senegâmbia é a região Oeste africana que vai do Rio Senegal até o atual Estado de Serra Leoa junto aos contrafortes de Fouta Djallon. Vale ressaltar a convergência de opiniões de certos autores (BARRY, 2000; DIAS, 2003) quanto aos limites geográficos e a homogeneidade política, que apesar da variedade em termos populacionais ou religiosos, ajuda no entendimento das diferenças dimensionais e geográficas da Confederação da Senegâmbia.

Enquanto os esforços de aproximação entre os Estados da Gâmbia, Senegal e Guiné-Bissau esbarram regularmente nos entraves administrativos e nas crises resultantes, o espaço da Senegâmbia continuou a aprofundar os laços que fizeram sua história social e econômica. Tais fatos são caracterizados por uma dinâmica de unificação e de fragmentação marcada pela coexistência de mecanismos de integração retrógrados e de construções nacionais distintas, na maioria das vezes centralizadores e concorrentes (DAHOU; GUEYE; HAZARD, 2007). Ainda como estes autores alegam, na Senegâmbia, como em outros lugares da África, o que permite aproximar os homens dos territórios não são somente as características da ligação das suas identidades, mas também suas diferenças.

3 SEGURANÇA REGIONAL E O CONFLITO CASAMANCÊS

Historicamente, se afirma que as crises e os conflitos não têm nada de novo ou de surpreendente na África pós-colonial, na medida em que, até a década de 1990, os focos de tensões mais importantes estavam localizados precisamente no âmbito dos governos coloniais e direcionados contra a colonização. Conforme estudo realizado por Beck e equipe da *United States Agency for International Development* (BECK et al., 2001), a luta armada pela

libertação, onde não se obteve a independência de forma pacífica, se fez, na maioria das vezes, com a intervenção externa sob a bandeira da Guerra Fria. No entanto, o fim da ocupação colonial e o fim do *apartheid*, que coincidiram com a queda do Muro de Berlim, se caracterizaram na África por uma onda de democratização, dando esperança de renascimento do continente negro.

Se estes fatos trouxeram vantagens em várias partes da África, também atrelaram efeitos desfavoráveis do fim da Guerra Fria e da onda da democratização, caracterizados pela multiplicação de conflitos civis no continente. Na década de 1990, com o fim da Guerra Fria e a globalização da economia, nasce uma série de conflitos novos que simbolizam a fragilidade dos Estados africanos. Conforme Porteous (2003), estes conflitos têm como características a dimensão regional; a multiplicidade de protagonistas, beligerantes ou não; a diversidade das motivações econômicas ou políticas que os sustentam; e a brutalidade das estratégias utilizadas. Referente à dimensão regional, destacam-se duas principais zonas de conflitos: a primeira e mais importante, de acordo com Beck et al. (2001), se estende do chifre da África até Angola, incluindo os dois Congos; a segunda zona vai do Senegal à Libéria, cobrindo uma meia dúzia de países – Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, República da Guiné, Serra Leoa e Libéria. Estes conflitos se caracterizam pela intensidade da violência e o alastramento além das fronteiras nacionais e, principalmente, pelas calamidades até então inimagináveis (colapso total das instituições do Estado) que se tornaram realidades.

A origem de alguns destes conflitos africanos pode ser localizada em períodos bem anteriores à década de 1990, motivo pelo qual resulta difícil entendê-los sem se referir ao colonialismo e à Guerra Fria. O colonialismo que tinha como motivação os interesses comerciais e geopolíticos foi imposto pela força, porque apesar do humanismo e da missão civilizadora que serviu de justificativa moral e política, toda resistência ou rebelião da parte das populações locais era sempre punida com violência (PORTEOUS, 2001). Seguidamente, pode-se atribuir parte destes conflitos à herança colonial, porquanto eles são peça integrante do jogo político. Porém, os conflitos devem ser entendidos como dinâmicos, adquirindo

características que os diferenciam uns dos outros (VALENÇA, 2004, p. 27). Segundo este autor, cada guerra é única, pois suas origens e motivações são pertinentes a um contexto espaço-temporal determinado, implicando particularidades políticas e culturais.

A origem do conflito Casamancês pode ser confundida com a história da resistência de Casamansa que se iniciou com a chegada dos portugueses à região e se prolongou de forma pacífica ao longo da presença imperial e durante os vinte primeiros anos de independência do Senegal. Como afirma Diallo (2009), a resistência casamancês é tão antiga quanto a ocupação colonial desta região. Na verdade, a atual situação de reivindicação independentista tem muito a ver com a atuação tanto da França, na véspera da independência do Senegal, quanto do governo senegalês no plano político, cultural e socioeconômico, nas duas décadas após a independência.

No Senegal, durante os primeiros anos após a independência, o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC) não era bem conhecido pela população. Entretanto, com a chegada ao poder de Abdou Diouf, em 1981, começou a se verificar alguns sentimentos de inconformismo por parte de população casamancês e o MFDC começou a fazer parte do dia a dia não só no Senegal, mas também de toda a região da Senegâmbia. Como explicar esta mudança e resistência e por que ela não se manifestou nos primeiros anos de independência, pelo menos não pela violência?

Autores como Faye (2006) e Diallo (2009) apontam a cultura de resistência que levou a colonização francesa a adotar um estatuto particular para a região, além do Acordo Luso-Francês,¹ como elementos importantes que deram origem à reivindicação independentista, embora as queixas da população local contra os abusos

1 Na sequência da Conferência de Berlim, surge a necessidade de elaborar o traçado das fronteiras da Guiné-Portuguesa. Neste sentido, em 1886, Portugal assinou uma convenção com a França, denominada Acordo Luso-Francês, delimitando as respectivas possessões na África, sem respeitar as entidades étnicas ou políticas existentes na região. Na verdade, o problema se iniciou em 1828 quando Portugal considerou como atitude intencional da França se apoderar do comércio na zona, quando um comerciante francês se fixa na Ilha de Mosquitos na embocadura do Rio Casamansa. Em 1836, com base nas informações inglesas, Portugal se deu conta de que as intenções francesas eram abrir feitorias no Casamansa, além do Ziguinchor. Esse fato provocou o início de um longo diálogo que culminou com a assinatura do citado Acordo Luso-Francês.

tenham se iniciado na administração colonial. Também o fato da base do governo central ser o norte do país é outra das razões apontadas como originárias do desconforto, pois a elite administradora constantemente vem desprezando a realidade casamancês, tornando inevitável o choque cultural.

Recorda-se que enquanto o norte do Senegal era quase totalmente islamizado, o sul, principalmente a parte conhecida como a Baixa Casamansa, continuava animista, tendo como organização política um poder descentralizado baseado na crença e nos costumes. É neste sentido que Sonko (2004) num documento intitulado *O conflito em Casamansa: uma guerra civil esquecida*, publicado pelo Conselho para o Desenvolvimento e Pesquisa em Ciências Sociais na África (Codesria) aponta como causas dos conflitos a contestação ao direito a terra, a discriminação cultural e a falta de oportunidades de emprego para a população casamancês, assim como o uso excessivo de coerção para os habitantes da região em análise.

Durante a colonização houve vários casos de uso abusivo de força e violência por parte da autoridade para manter a ordem e a submissão da população às imposições coloniais. O exemplo mais chamativo e simbólico da violência e da humilhação conhecido tanto pela população quanto pelos intelectuais que trabalham sobre o assunto foi o tratamento dado a Boulombone Badiate,² em 1933, na praça pública da sua aldeia, quando os senegaleses que faziam parte da armada francesa queimaram a barba desse célebre lutador pelo simples fato de que a cota de arroz e gado – imposto que era aplicado na aldeia – não foi atingida (DIALLO, 2009).

Por motivos semelhantes, em 1942, Aline Sitoé, uma jovem de 25 anos, se transforma em figura emblemática da região por incentivar a desobediência à ordem colonial de praticar a monocultura de arroz para a alimentação das forças francesas e a população urbana nas quatro comunas, através de um discurso público.³ Graças a seu discurso baseado na crença religiosa, na

2 Então chefe da aldeia, e tio de Augustin Diamacoune Senghor, precursor da luta armada.

3 Fiel ao discurso da rainha, entre 1942 e 1962, a população começou a se refugiar nas florestas. Depois, a jovem rainha, Aline Sitoé, foi presa pelas forças coloniais dirigidas pelo governador da Casamansa e enviada para um exílio sem volta, em 1942 (DIALLO, 2009).

cultura local, nos fatos socioeconômicos e políticos, ela conseguiu convencer a população a não pagar imposto e nem aderir à prática da monocultura de arroz e de amendoim, como também a se levantar contra a administração colonial.

O governo colonial empreendeu na altura uma perseguição aos diferentes líderes da região que, em opção pela luta pacífica, procuraram evitar o confronto escondendo-se nas florestas ou simplesmente atravessaram as fronteiras para se refugiar na Gâmbia ou na Guiné-Bissau.⁴ Porém, estas perseguições não diminuíram em nada a resistência e luta do povo casamancês contra a invasão estrangeira, ou seja, a perseguição só aumentou o número de adeptos ou defensores da causa do povo de Casamansa.

Igualmente, a rainha Aloendisso Bassène também foi presa pelas autoridades governamentais depois de um discurso no qual apregoou que, apesar da deportação de Aline Sitoé, a luta continuava e que Casamansa será dos casamanceses e que o lugar dos estrangeiros era fora de Casamansa a começar pelos brancos e depois pelos próprios senegaleses (do norte), também vistos como estrangeiros (DIALLO, 2009). Por causa destas palavras, ela foi colocada em prisão domiciliar, devido à sua avançada idade, até a sua morte em 1955.

Entretanto, mesmo com essas perseguições, prisões e assassinatos, a administração colonial não percebeu o grande peso e valor da mensagem da rainha que chamava a atenção sobre o comportamento humilhante e transgressor dos valores locais. Estes fatos narrados até aqui deixaram na mente da população casamancês uma ferida moral e psicológica que nunca cicatrizou, ou seja, parafraseando Kourouma (1970): nada em si é bom ou ruim, porque é a palavra que transforma um fato em bom ou ruim. Assim, a frase da rainha fortaleceu muito a resistência do povo de Casamansa.

Quanto ao MFDC propriamente dito, na origem, era um partido político fundado em 1947 por Emile Badiane e Victor Diatta, ambos da etnia Jola da Baixa Casamansa, e por Ibou Diallo e Eduard

4 Lembra-se o caso da rainha Niakohufosso de Youtou que se refugiou na Guiné-Portuguesa, em 1943, para não ser presa, e seus filhos participaram na luta pela independência daquele país.

Diallo, da etnia Fula da Alta Casamansa. O interessante a ser observado é que tanto a etnia dos membros fundadores quanto suas origens permitem afirmar que, no início, o MFDC não pertencia nem a uma etnia nem a uma localidade, mas sim a toda sociedade de uma região com diversidade populacional e cultural e continua sendo, apesar de alguns escritos que tentam explicar e direcionar o conflito com base em conotações étnicas.

A rebelião armada conduzida pelo MFDC que atormenta a região Sul do Senegal provocou a quebra da representação relativa à não violência e à falta de problemas tribais ou étnicos na população senegalesa (FAYE, 2008). A princípio, este conflito foi apresentado como uma coisa efêmera, no entanto, a persistência, dos enfrentamentos, as operações periódicas de midiaticização no plano internacional, através de declaração dos representantes do Estado senegalês ou do MFDC, e os incessantes apelos ao diálogo levaram Ouseynou Faye (FAYE, 2008), um dos grandes estudiosos do assunto, a questionar a formação e consolidação do Estado Senegalês, partindo da falta de consenso quanto à realidade da construção senegalesa. O mesmo autor chegou a indagar se o conflito casamancês corresponde à rejeição de um órgão receptor, neste caso, o resto do Senegal? Com base nestas perguntas, Faye (2008) identificou o significado da crise casamancês à luz da prática das classes dirigentes senegalesas e em relação à história da sociedade da Senegâmbia.

Leopold Sedar Senghor foi o primeiro ator desta classe dirigente que, na falta de um consenso quanto à realidade da construção nacional, deu início no seu governo a um modelo de construção da sociedade que busca transformar em destino coletivo “um espaço mental” e uma unidade territorial herdada da colonização. Assim, o governo do Senghor fez do Estado o princípio gerador da nação senegalesa, a partir da concepção de um projeto de afirmação de uma identidade nacional que vai além das identidades regionais, étnicas e religiosas (FAYE, 2008). Os pontos principais deste projeto foram, entre outros, a perseguição de uma política de extroversão da economia local, alimentando a ilusão de que, além de proteger o capitalismo francês, permitiria produzir bens capazes de satisfazer as necessidades locais. Isso significava, entre outras

coisas, que o centro produtor de amendoim e a metrópole de Dakar continuavam sendo polos de desenvolvimento, enquanto as regiões periféricas continuavam reservatórios de recursos humanos e materiais como na época da colonização.

O controle ideológico das elites intelectuais se faz graças à teoria da negritude e ao paradigma de civilização universal defendido por Senghor, que na busca de referências históricas adota como herói nacional Lat Dior⁵ e transforma a história de Kayor em história do Senegal. Na construção da nação senegalesa observa-se uma supervalorização do norte em detrimento do resto do país no plano econômico e sociocultural. Esta dinâmica acentuou a sobrevalorização do patrimônio cultural da etnia Wolof que, de fato, somente reproduziu e reforçou os preconceitos cultivados pelo poder colonial entre as tribos, dando assim condições para o surgimento de diferenças étnicas e culturais.⁶

Ou seja, o Senegal caracterizava-se por um poder presidencialista, uma centralização política e administrativa puramente clientelista, marcada pela cooptação de personalidades, políticas e religiosos capazes de reforçar o poder presidencial (DIOP, 1992). Este arranjo político permitia o uso, principalmente, das autoridades religiosas para um controle de proximidade da população,⁷ das autoridades administrativas para o comando territorial e um forte partido-Estado representado por diversas organizações sociais que veiculavam um discurso de integração e de legitimidade do poder central.

5 Lat Dior Ngoné Diop (1842-1889) foi um grande herói da resistência de Senegal perante a colonização francesa. Converteu-se ao islamismo no intuito de resistir ao colonialismo francês.

6 Esta estratégia política herdada certamente da administração colonial que Senghor conhece bem devido tanto à sua formação acadêmica quanto à sua atuação política durante o período colonial se manifesta implicitamente no primeiro governo do Senegal independente. Iniciada pela diferenciação étnico-cultural, ela se enraíza e se reforça pela identificação das coletividades locais a maiorias étnicas e religiosas, cujos representantes serão cooptados e nomeados como atores e representantes políticos do Estado na perspectiva de usá-los como mediadores na aplicação das decisões de suposto interesse geral da nação senegalesa.

7 Esta análise permite um melhor entendimento da incorporação das elites étnicas, religiosas e representantes regionais entre os quais os fundadores do MFDC, conforme mencionado anteriormente.

Nesta direção, a insatisfação do povo casamancês foi aumentando, dia após dia, e um dos fatos mais marcantes desta rebeldia foi protagonizada em 26 de dezembro de 1982, quando uma manifestação pacífica dirigida por mulheres tenta erguer sem sucesso uma bandeira branca no palácio do governador de Ziguinchor. Passado um ano, o dia 18 de dezembro de 1983, após a condenação de dezoito membros do MFDC e a repressão de uma manifestação que deixou 25 mortos, ficou marcado como o início do conflito casamancês.

4 IMPACTO DO CONFLITO CASAMANCÊS NA REGIÃO

A relação entre o Senegal e seus vizinhos da Gâmbia e da Guiné-Bissau é complexa, sobretudo em virtude do fator histórico que dividiu um povo em três países, ou melhor, uma família em três identidades diferentes. Por isso, da mesma forma que a luta pela independência da Guiné-Bissau foi sentida em ambos os lados da fronteira guineense, as consequências do conflito da Casamansa têm visível impacto socioeconômico e político nos vizinhos e na região da Senegâmbia e *spill into*. A propagação transfronteiriça dos conflitos intraestatais, através de fenômenos *Spill over* e *Spill into*, ou seja, o transbordamento dos problemas de um país para os países vizinhos de um lado e do outro, o alastramento ou intensificação do conflito no plano interno, é maximizada por um conjunto de redes que tendem a se estabelecer entre Estados (BRITO, 2009).

Estas redes podem ser militares como foi o caso do Senegal – Guiné-Bissau onde são envolvidos os altos escalões das corporações militares fazendo com que Casamansa sirva de pretexto para promoção política e socioeconômica, desenvolvendo altas estruturas de produção e de comercialização de drogas, que se tornou a prática mais corrente e lucrativa da região (DIALLO, 2009). Tais fatores no médio e longo prazo se tornam desestabilizadores e, conseqüentemente, uma ameaça para os regimes de Banjul e de Bissau, enquanto o regime de Dakar corre o risco de ver uma parte do seu território ameaçada. Neste contexto, a ameaça dos regimes supera a desconfiança entre os Estados e os obriga a assinarem acordos de cooperação e de autoajuda militar em caso de necessidade. Segundo Diouf (1960-2000) e Wade (2000), a suposta

capacidade militar do Senegal, suas conexões internacionais, sobretudo com a França, justificam certamente o título de imperialista que os vizinhos lhe atribuem. As seguintes palavras de Fourcher (2003, p. 5) resumem claramente a relação do Senegal e seus vizinhos: "Les relations entre le Sénégal et ses voisins gambiens et bissau-guinéens sont complexes, marquée par une méfiance structurale difficilement tempérée para la nécessité d'une collaboration."

O acordo de não agressão e de defesa mútua entre os países, que serviu de base para justificar a intervenção das forças armadas do Senegal tanto na Gâmbia, em 1981, evitando a tomada do poder pelos golpistas dirigidos por Kukoï Samba Sagnang, que será seguido da criação da Confederação da Senegâmbia, quanto na Guiné-Bissau, em 1998, se inscrevem nesta linha. Se a intervenção na Gâmbia foi considerada positiva e vitoriosa, já na Guiné-Bissau a vitória militar foi atribuída à Junta Militar guineense. Ou seja, o governo de Nino Vieira, então presidente da Guiné-Bissau com seus aliados do Senegal e da República da Guiné-Conacri, foi considerado derrotado. Porém, no plano político, o governo senegalês tinha uma segunda intenção no conflito de 1998 na Guiné-Bissau. Assim, é evidente e visível que o governo de Dakar alcançou os resultados desejados, que na verdade não eram outros senão desmantelar as bases do MFDC do outro lado da fronteira e enfraquecer a aliança de MFDC com a Junta Militar guineense sob o comando do então general Ansoumane Mané, apoiado pelos combatentes do MFDC.

Do lado da Guiné-Bissau, o conflito de 1998 representou um dos impactos mais marcantes da crise casamancês, ele foi uma das causas do desentendimento entre o governo de Bissau e seu chefe do Estado Maior Ansoumana Mané, sem minimizar o deslocamento das populações fronteiriças e a inviabilidade econômica da parte norte do país devido às repetidas insurreições de bandos armados, supostamente pertencentes ao MFDC. A crise de Casamansa criou uma divisão política entre a elite dirigente da Guiné-Bissau: uma parte, usando como base a hostilidade ou falta de apoio de Dakar ao PAIGC na época da luta de libertação, advogava a independência da Casamansa e o apoio ao MFDC, do qual alguns membros lutaram ao lado dos guineenses contra o colonialismo português; outra, liderada pelo então presidente

(Nino Viera), preferia ficar ao lado de Dakar apesar dos atritos a respeito da fronteira marítima que causou a “guerra do petróleo”,⁸ em 1990.

Portanto, o conflito de Casamansa afeta não somente o Senegal, mas também tanto a relação entre Senegal e seus vizinhos quanto a estabilidade dos países da região, logo, pode se concluir que a crise casamancês é, ao mesmo tempo, uma questão nacional e regional, pois envolve quatro dos cinco países⁹ com os quais o Senegal divide fronteiras terrestres. Daí, então, a importância de se examinar como os países vizinhos têm participado no conflito casamancês, ou seja, de que maneira são envolvidos?

A Gâmbia e a Guiné-Bissau, países vizinhos do Senegal, estão fortemente envolvidas no conflito casamancês, devido aos fatores socioculturais e geográficos existentes nesta parte da África Ocidental. Resulta evidente que sem uma participação de outros atores o conflito casamancês não seria certamente um dos mais longos¹⁰ e emblemáticos¹¹ da África contemporânea (MARUT, 2010). Se, por um lado, ainda há dúvidas e incertezas quanto ao envolvimento ou não de alguns países como a Mauritânia, Líbia, etc., o mesmo não se pode dizer da Gâmbia e Guiné-Bissau, ambos vistos tanto pelo governo senegalês quanto pelos líderes do MFDC como fundamentais para encontrar uma solução ao conflito.

8 Um conflito que colocou frente a frente os dois países, provocando mesmo um confronto armado que durou três dias. O motivo foi a existência de uma suposta hipótese de que nas águas profundas havia petróleo *off shore*. Entretanto, nessa disputa que foi parar no Tribunal Internacional da Haya, sendo o Senegal declarado vencedor do mesmo atrito, o governo da Guiné-Bissau, que contestou veementemente esta decisão, imediatamente começou atacando um barco de pesca senegalesa. Desta forma, deu início a tal confronto.

9 Guiné-Bissau e Gâmbia são países diretamente envolvidos, pois sofrem tanto os efeitos de combates quanto os efeitos colaterais do conflito (deslocamentos, paralisação da economia, além do envolvimento de personalidades do alto escalão dos governos). A Mauritânia, na década de 1990, foi um dos principais suspeitos, por parte de Dakar, de apoiar o MFDC. Isto afetou profundamente as relações entre os dois países culminando no conflito de 1989. É bom lembrar que as fronteiras do Senegal com a Gâmbia, Guiné-Bissau e a República de Guiné são os limites da região natural de Casamansa.

10 Vinte e nove anos (1982-2011) se passaram e o problema ainda continua sem solução definitiva.

11 Como a maioria dos conflitos, o de Casamansa é interno no intento, reivindicando a separação (cessação) e a independência, além do caso de Katanga (ex-Congo Belga) e Biafra (Nigéria) que foram neutralizados pelo poder central.

Segundo Faye (2008), Gâmbia e Guiné-Bissau têm grandes interesses políticos e econômicos, mas também correm imensos riscos de serem desestabilizados pela crise de Casamansa. Portanto, não por acaso estes países são considerados pelo Senegal como as primeiras fontes de contrabando de armas e de munição, além de hospedarem os militares do MFDC. A intervenção do Senegal no conflito militar da Guiné-Bissau, em 1998, que aliás foi causada pelo suposto sumiço de armas a serem entregues ao MFDC, ilustra o papel ou a importância da Guiné-Bissau no problema da Casamansa e confirma a suspeita do Senegal do envolvimento das autoridades políticas e militares do país vizinho na crise.

Les politiciens et dirigeants militaires bissau-guinéens, tous gâmbiens confondus, sont apparemment impliqués dans le trafic d'armes effectués par les soviétiques pendant la lutte prolongée menée par Bissau contre Portugal pour son indépendance (BECK et al., 2001, p. 14).

Ainda como o mesmo documento afirma, a Junta Militar da Guiné-Bissau liderada pelo então brigadeiro Ansoumane Mané durante o conflito de 1998 deve em parte sua vitória ao apoio dos membros do MFDC, que teve em troca a liberdade de circular dentro do país até o assassinato do general Mané em novembro de 2000. Logo após esta reviravolta política, o MFDC foi expulso por meio de novos bombardeios das suas bases ao longo da fronteira Bissau-Senegal, marcando assim uma aliança política Dakar-Bissau.

No caso da Gâmbia, sua situação geográfica não deixa dúvidas quanto à sua importância na manutenção da integridade territorial do Senegal porquanto seu território é considerado uma fronteira natural entre Casamansa e o resto do Senegal. Assim, depois do fracasso da Federação de Mali (1959-1960) que uniu Senegal e o Sudão Francês, o sonho das autoridades senegalesas era realizar uma integração com a Gâmbia, pois, conforme observa Seck (2005), tratava-se de uma questão de segurança nacional, por isso, antes das independências dos dois países, o Senegal tinha formulado um pedido de unificação.

Seguindo nessa linha e ao se voltar um pouco na história, pode-se comprovar que a diplomacia senegalesa começou a investir

nesse processo muito antes da independência da Gâmbia. Esse fato pode ser corroborado pela visita feita pelo então primeiro-ministro senegalês Mamadou Dia, em 1961, a qual resultou na assinatura, no ano seguinte, de um Tratado de Associação com a criação de um Comitê Ministerial composto por membros dos dois Estados como se fosse uma assembleia conjunta. Nessa ocasião, Dia se dirigiu aos gambianos como compatriotas, demonstrando desta maneira que são da mesma nação apesar de serem dominados por potências diferentes, afirmando que a Senegâmbia é uma realidade geográfica (SECK, 2005).

Em 1965, um ano depois da independência de Gâmbia, o então presidente do Senegal efetua uma visita oficial em Banjul, e, no seu discurso, lembra, entre outras coisas, o fato de senegaleses e gambianos serem do mesmo sangue, das mesmas etnias, falarem as mesmas línguas, ou seja, são da mesma cultura, portanto, irmãos, apesar das diferenças adquiridas dos colonizadores.¹² Este conjunto de fatos será completado décadas depois com a criação da Confederação da Senegâmbia (1982-1989) que deu ao Senegal a oportunidade de se ocupar da segurança regional, prestando atenção particular aos rebeldes da Casamansa. Aqui vale ressaltar o seguinte: existe um consenso na maior parte da literatura que analisa a questão segundo o qual, durante o período da Confederação da Senegâmbia, a situação era menos grave.

A intensificação dos ataques contra as tropas senegalesas por parte do MFDC se deu ao acabar a Confederação, que resultou na saída das forças de segurança senegalesas do país vizinho, que passou a ser usado pelos membros do MFDC. Com a intensificação dos ataques às posições militares do Senegal na região, foram registradas 712 pessoas supostamente membros do MFDC e presas pelas forças de segurança senegalesas (JIC, 2009). Devido à gravidade da situação em Casamansa na década 1990, o governo senegalês decidiu negociar o primeiro acordo de cessar fogo assinado em 1991, assim como o estabelecimento de uma comissão encarregada de trabalhar para criar condições favoráveis de negociação para a paz (DIALLO, 2009).

12 Até porque, após a guerra dos sete anos, em 1763, o Senegal e a Gâmbia já tinham formado uma confederação.

Antes vistas como fonte de abastecimento e bases de esconderijo para os elementos do MFDC, a Guiné-Bissau e a Gâmbia agora são procuradas para mediar as negociações entre o governo senegalês e o MFDC. Este fato simboliza que as duas partes confiam ou pelo menos reconhecem a importância dos vizinhos e, a partir de então, a situação se alterna entre negociação e briga por parte dos beligerantes, e os vizinhos ora são vistos como imparciais, ora acusados de apoiar uma das partes. Para o governo de Senegal, ter apoio ou a colaboração da Gâmbia e da Guiné-Bissau significa uma vitória estratégica pois obriga os rebeldes a ficar dentro do território senegalês, sem a possibilidade de adquirir armas mais equipadas para reforçar seu exército. Mas se os dois países decidirem ficar ao lado dos rebeldes ou se negarem a cooperar com o Senegal, complica e muito o controle dos grupos armados que transladam entre uma fronteira e outra.

Aqui se observa que a porosidade das fronteiras entre os três países é bastante benéfica para os combatentes do MFDC, principalmente entre Senegal e Guiné-Bissau onde a densa floresta facilita a fuga dos rebeldes enquanto dificulta o acesso das forças armadas do Senegal. Isso explica as repetidas violações do espaço territorial e aéreo da Guiné-Bissau em busca de rebeldes que supostamente atravessam a fronteira para escapar dos bombardeios senegaleses, assim como o engajamento de negociações de cooperação entre os governos dos três países. Igualmente, as negociações e acordos de paz entre governo senegalês e membros do MFDC somente foram possíveis graças à mediação da Gâmbia e da Guiné-Bissau.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da sua baixa intensidade, o conflito de Casamansa, em comparação com outros conflitos africanos, constitui uma preocupação séria tanto para as populações que vivem na região como para os governos dos países envolvidos. As populações da Guiné-Bissau, da Gâmbia e do Senegal estão unidas por laços históricos multiformes e o conflito em Casamansa confirma que o destino destes três povos está intimamente ligado. Esse fato explica o

envolvimento dos cidadãos casamanceses na luta de libertação do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), simbolizando a fraternidade de armas entre combatentes guineenses e populações senegalesas num contexto de luta anticolonial no qual a Casamansa foi a grande vítima. Por isso, é importante, a partir de uma análise lúcida das causas profundas do conflito, da sua evolução e das iniciativas empreendidas até agora, avançar com determinação, realismo e espírito de acompanhamento para uma solução negociada de saída da crise, com vistas a uma paz efetiva e duradoura, somente possível com a inclusão das várias forças sociopolíticas e religiosas do Senegal e da região.

REFERÊNCIAS

- ACHEBE, C. **Le Monde S'effondre**. [S.l.]: Presence Africaine, 1972.
- BADIE, B. **La diplomatie des droits de l'homme**. Paris: Fayard, 2002.
- BARRY, B. **La Sénégambie du XVème au XIXème siècle**. Paris: l'Harmattan, 1988.
- _____. **L'État importe**: essai sur l'occidentalisation de l'ordre politique. Paris: Fayard, 1992.
- BADIE, B.; DIDOT, B. (Orgs.). **L'Etat du monde 2007**: annuaire économique et géopolitique mondial. 27° éd. Paris: [s.n.], 2006.
- BARRY, B. **Senegâmbia**: o desafio da história regional. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos/UCAM-SEPHIS, 2000.
- BECK, L.; CHARLICK, B.; GOMIS, D.; MANGA, G.; JOHNSON, N. G.; COULIBALY, C.; CHARLICK, R.; UNITED STATES AGENCY FOR INTERNACIONAL DEVELOPMENT; WEST AFRICAN REGIONAL PROGRAM. **Afrique de l'Ouest, renforcement de la société civile pour la prévention des conflits**. Etude de cas sur la prévention des conflit et la consolidation de la paix: le conflit de la Casamansa et le processus de paix (1982-2001). [S.l.]: USAID/WARP, 2001.
- BRITO, I. de. A economia dos conflitos violentos em África. **Revista Lusófona de Estudos Africanos**, n. 1, 2008.

BRUIJN, M. de; VAN-DIJK, R. **Streth beyon of struture, social and historical trajectories of Agency in Africa**. Boston: Liden, 1997.

CLAPBAM, C. **Africa and the international system**. The politicians of state survival. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DAHOU, K.; CHEIKH, G.; HAZARD, E. **Les Dynamiques Transfrontalières en Afrique de l'Ouest**: analyse des potentiels de trois "pays de frontières" en Afrique de l'Ouest. Karthala: Enda Diapol./IDRC, 2007.

DAHOU, M.; GUEYE, K.; HAZARD, E. **Les dynamiques transfrontalières em afrique de l'ouest**: analyse des potentiels de trois "pays frontalières" en Afrique de l'Ouest-Le cas de la Sénégambie méridionale, Kharthala: IDRC, 2007.

DALLARI, D. de A. **Elementos de teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1998.

DASYLVA, E. J. **Le Joola**: la memoire contre l'oubli. Ziguinchor: Imprimerie de Nena, 2003.

DAVIDSON, B. **Africa in history**. New York: Simon & Schuster, 1991.

DIALLO, B. **La crise casamençaise**: problematique et voies de solutions. Paris: L'Harmatan, 2009.

DIAS, E. C. **Da escola corânica tradicional a escolha árabe**: um simples aumento de qualificação do ensino muçulmano na Senegâmbia. Lisboa: ISCTE, 2003.

DIOP, C. A. **L'Afrique noir Pre-Coloniale**. [S.l.]: Presence Africaine, 1960.

EICHELSCHEIM, J. L. Formation d'Etat et particularisme en Afrique: les relations des Diola au sud du Senegal avec le pouvoir central de Dakar, Ed. **Afrika Focus**, v. 7, n. 3, 1991.

FAYE, O. **La crise casamançaise et les relations du Sénégal avec la Gambie et la Guinée- Bissau (1980-1992)**. [S.l.]: UCAD, 2008. Disponível em: <<http://www.histoire-ucad.org/archives/index.php/remository.html?func=showdown&id=72>>. Acesso em: 16 ago. 2010.

FAYE, W. **The Casamansa Separatism**: from independence claim to resources. California: Logic. NPS, 2006.

GANDOLFI, A. **Les mouvements de libération nationale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

GIDDENS, A. **O Estado-nação e a violência**: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. São Paulo: [s.n.], 2001.

GILES, T. R. **Estado, poder, ideologia**. São Paulo: EPU, 1985.

GONÇALVES, S. O declínio do Estado-nação: Globalização, integração europeia e reafirmação dos movimentos de identificação cultural subestatais. **Revista de Estudos Politécnicos**, v. III, n. 5/6, p. 281-296, 2006.

KOUROUMA, A. **Les soleils des indépendances**. [S.l.]: Ed. du Seuil, Jan. 1970.

LOPES, C. **Etnia, estado e relações de poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Edição 70, 1982.

_____. **Os limites históricos de uma fronteira territorial**: Guiné “Portuguesa” ou Guiné-Bissau. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1994.

MALISKA, M. A. **Constituição e Estado pós-nacional**: reflexões sobre os desafios do direito constitucional em face da abertura da ordem jurídica estatal e das demandas internas por cidadania não homogeneizantes. 2006. Disponível em: <<http://multimidia.opovo.com.br/revista/marcos-augusto-maliska.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

_____. Max Weber e o Estado racional moderno: os desafios do Estado Moderno. **Revista Eletrônica do CEJUR**, v. 1, n. 1, ago./dez. 2006.

MARUT, J. C. **Le conflit de Casamence**: ce que dise les armes. Paris: Khartala, 2010.

SONKO, B. Le conflit en Casamansa : une guerre civile oubliée. **CODESRIA**, bulletin, n. 3&4, p. 35, 2004.